



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

REQ
00008/2024

CD/2469125737-00

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

REQUERIMENTO N° , DE 2024
(Da Sra. Socorro Neri)

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional e das competências desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, dispostas no art. 11, da Resolução nº. 4/2008 - CN, a realização de Audiência Pública Para apresentação da **“Plataforma Farol Verde”**, no âmbito da 2ª Edição da **“Virada Parlamentar Sustentável”**.

Para participar desta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

- Luiza Chaer – Representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS
- Eduardo Tadeu Pereira - Representante da Associação Brasileira de Municípios – ABM
- Mário Mantovani – Representante da Associação Nacional dos órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA
- Representante da Frente Parlamentar Ambientalista
- Representante da Organização da Sociedade Civil “Pacto pela Democracia”

JUSTIFICAÇÃO

O Farol Verde, desenvolvido pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS, em colaboração com diversas organizações e redes da sociedade civil brasileira, é uma ferramenta para o exercício da cidadania. Com o propósito de fortalecer a democracia e fomentar o desenvolvimento sustentável, a plataforma disponibiliza informações confiáveis e dados sistematizados sobre a "adesão" e o "potencial" comprometimento de deputados federais e senadores em relação às pautas de Mudanças Climáticas, Sustentabilidade Ambiental e Direitos Socioambientais. Buscamos, além de ampliar o apoio e evitar retrocessos, promover transparência ativa e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

fornecer dados que subsidiem o voto de cidadãos e apoiem as organizações da sociedade civil e movimentos sociais no âmbito do advocacy socioambiental no Congresso Nacional.

Lançada em 2022, a plataforma analisou 585 candidatos concorrentes aos pleitos para o Congresso Nacional naquele ano, dos quais 545 concorriam à Câmara Federal e 40 ao Senado. A análise abrangeu tanto candidatos à reeleição (83%) quanto novos concorrentes (17%).

Após o primeiro ano do novo ciclo do Congresso Nacional, já podemos começar a entender como os parlamentares estão posicionados dentro do tabuleiro socioambiental do parlamento nacional. Das 414 proposições legislativas que foram levadas ao plenário da Câmara (225) e do Senado (189) em 2023, 12 projetos de lei e 2 medidas provisórias se tratavam de assuntos relevantes para a pauta socioambiental, como: economia verde de baixo carbono, política energética nacional, demarcação de terras indígenas, gestão de florestas públicas, legislação de áreas de preservação permanente, proteção de nascentes, instrumentos de prevenção de desastres e responsabilização legal em caso de desastres ambientais (ver na tabela 1).

Dos projetos de lei mencionados, 8 são considerados positivos para a agenda ambiental, enquanto 3 são vistos como retrocessos pelos líderes da bancada ambientalista e por organizações que defendem o meio ambiente. Além disso, há 3 propostas que representam avanços em relação à legislação atual, mas que são controversas, como é o caso do PL 11247/2018, que estabelece um marco legal para usinas eólicas offshore.

Esses projetos de lei, que provocam divergências nas votações dos líderes ambientalistas, serão submetidos a uma análise específica. Isso ocorre porque alguns líderes consideram que é mais importante estabelecer um marco legal, mesmo que isso signifique a inclusão de emendas retrógradas, enquanto outros acreditam que essa composição não é aceitável. Portanto, embora ambos os posicionamentos estejam alinhados com a agenda ambiental - mesmo que alguns votem a favor e outros contra - , suas estratégias políticas diferem exigindo uma análise minuciosa, como no caso do mercado de carbono, por exemplo. Ao fim, essas 14 matérias legislativas servem como base para analisar como os parlamentares se posicionaram no debate durante este primeiro ano, identificando aqueles que podem ser atraídos para apoiar a causa e acompanhando as suas movimentações ao longo de seus mandatos.

Sendo assim, a próxima versão do Farol Verde, a ser lançada durante a Virada Parlamentar Sustentável em julho de 2024, seguirá a mesma metodologia da primeira versão, com alguns aprimoramentos. Serão analisadas as votações nominais das proposições legislativas que ocorreram no plenário em 2023, incluindo todos os destaques relacionados a emendas de plenário, assim como requerimentos de retirada de pauta e regime de urgência. O objetivo é calcular um Índice de Convergência Ambiental por Matéria (ICAm). Para isso, usaremos como referência a votação dos(as) coordenadores(as) da Frente Parlamentar Ambientalista e da Frente Parlamentar pela Transição Energética Justa, tanto na Câmara quanto no Senado, e incluiremos também a votação dos coordenadores dos grupos de trabalho temáticos da Câmara.

CD/24691.25737-00





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

A convergência é calculada em percentual quando o parlamentar vota em acordo com os líderes e coordenadores da frente ambientalista. Se o parlamentar votar de forma divergente ou não votar naquela matéria, requerimento ou destaque, não receberá pontuação para a matéria específica (inclusive nos destaques) e perderá na média total. O Índice de Convergência Ambiental Total (ICAt) representa o grau de convergência do parlamentar com a pauta socioambiental em sua atuação, sendo obtido pela média dos Índices de Convergência Ambiental por Matéria (ICAm).

Assim sendo, a atualização do Farol Verde proporcionará uma análise detalhada do posicionamento dos parlamentares durante a 57ª Legislatura no contexto socioambiental. Além de auxiliar a sociedade civil e os movimentos sociais na identificação de potenciais aliados da causa ambiental, a plataforma também fortalecerá a democracia ao oferecer maior transparência sobre as posturas desses parlamentares em relação aos compromissos assumidos com seus eleitores.

No contexto da Virada Parlamentar Sustentável, o Farol Verde atuará como um mecanismo de monitoramento contínuo para incentivar que os parlamentares estejam verdadeiramente comprometidos com os ideais e compromissos estabelecidos durante audiências públicas e outros eventos. Isso ajudará a mitigar os riscos do projeto, evitando que alguns parlamentares adotem um discurso ambientalista sem um comprometimento real com a causa.

Ademais, a divulgação dos dados previamente às eleições municipais de 2024 irá servir ao propósito original do Farol Verde, de orientar o eleitor em sua escolha por representantes comprometidos e convergentes com as matérias ambientais que são alinhadas às preocupações e valores da maioria dos brasileiros.

Por outro lado, em ano de eleições municipais, onde temas como adaptação climática, descarbonizarão dos transportes públicos, secas e ondas de calor, aumento de resposta efetiva à desastres socioambientais precisam estar em destaque no debate público e nos programas dos candidatos à prefeitura para que possamos atingir as metas da NDC e promover a construção de cidades mais resilientes aos eventos climáticos extremos, é fundamental compreender se os candidatos as principais prefeituras municipais do país contribuem, de fato, para infraestruturas verdes, que reduzam o risco climático e melhorem a capacidade adaptativa dos municípios, ou se reproduzem um modelo de cidade que agrava a crise dos recursos hídricos, o crescimento desordenado e a extração insustentável de recursos naturais.

É amplamente reconhecido que deputados federais e senadores possuem conexões estreitas e estratégicas com políticos locais, participando ativamente das eleições municipais, seja para retribuir apoio durante suas próprias campanhas ou para consolidar suas bases eleitorais visando à reeleição. Nesse contexto, é fundamental analisar se as emendas parlamentares estão sendo utilizadas conforme as intenções das políticas públicas em que estão inseridas ou estão servindo meramente como

CD/2469125737-00





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

ferramentas de barganha eleitoral para angariar apoio dos políticos locais e fortalecer suas bases aliadas.

Para isso, é fundamental realizar uma nova avaliação do Congresso, analisando o posicionamento dos parlamentares da 57ª legislatura em votações-chave da agenda em 2023, a fim de identificar aqueles que têm maior probabilidade de influenciar positivamente a pauta socioambiental nas eleições municipais de 2026.

Considerando a relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, julho de 2024.

Socorro Neri
Deputada Federal PP/AC

CD/2469125737-00

